

# Sarney ignora Constituinte e fixa mandato

No mais contundente de seus discursos por rede nacional de rádio e televisão, o presidente José Sarney ignorou o poder da Constituinte para fixar a duração de seu mandato e comunicou ao país que tem direito adquirido a seis anos de governo. Em seguida, disse que está disposto a ficar apenas cinco anos no Palácio do Planalto, uma proposta que classificou de "gesto de conciliação" e "exemplo de desambigação".

Sarney deixou claro que não aceita que a Constituinte toque no seu mandato, contrariando suas declarações anteriores de que acataria a decisão definida pela Constituinte eleita pelo povo em 15 de novembro de 1986. "Tancredo Neves e eu fomos eleitos para um mandato de seis anos. Portanto, o meu mandato é de seis

anos", afirmou, esclarecendo logo depois que abria mão de um ano para favorecer o entendimento.

Em seguida, o presidente avisou: "Determino aos auxiliares do meu governo, como delegados de minha confiança, que considerem encerrada essa discussão. Dos partidos políticos, espero solidariedade. Aos governadores, aos deputados e senadores constituintes, peço apoio e compreensão".

Sarney disse que a questão da duração do seu mandato está na raiz de todos os outros problemas do país, pois a indefinição dificulta a realização de planos, a marcha da administração e a condução das relações internacionais. Ele

lembrou que há cinco meses espera uma definição dos partidos, mas que não obteve qualquer resposta. "Cheguei à conclusão de que a nação não pode ficar imobilizada na perplexidade desse debate. Acima dos interesses da Aliança Democrática, dos partidos políticos, está o interesse do Brasil", disse, justificando sua decisão de vir a público anunciar que permanecerá no poder até 1990. Essa definição, segundo o presidente, é essencial para demonstrar que o poder civil tem condições de governar.

Para Sarney, não há crise no país. Alardeando otimismo, ele afirmou que o Brasil está vivendo um período de mudanças. "Acontece que mudança e crise se confundem nos momentos de transição."

O presidente fez questão também de combater a adoção do regime parlamentarista no Brasil, em discussão na Constituinte. Disse que o povo brasileiro, que lutou tanto pelas diretas, não aceitaria que lhe tirassem o direito de constituir seu governo pelo voto direto.

Dois anos e dois meses depois de ter sido empossado na presidência da República, devido à inesperada doença de Tancredo Neves, Sarney concluiu seu discurso afirmando: "Hoje é o começo de tudo. Outros passos virão. A mensagem é uma só: a hora é de fé e resistência ao pessimismo. Que Deus proteja o Brasil."

## Editorial Medida por Medida

## O discurso do fico

"Estou aqui para um comunicado da maior importância para os rumos políticos do nosso país.

O Brasil me conhece. Sabe que não sou de decisões precipitadas.

"Por formação e experiência, eu medito, pondero, analiso, ouço e sou prudente antes de decidir."

Estas palavras eu as pronunciei em 22 de julho de 1985. Quem esperava um presidente autoritário soube, logo de início, que esse presidente não seria eu.

Afirmo também: "Acerto e posso cometer equívocos. Sensibilizado do erro, eu nele não permaneço."

Nesta noite, eu quero acrescentar: quando me convenço de que estou no caminho certo, eu dele não me afasto, quaisquer que sejam as dificuldades, conseqüências ou lutas.

A responsabilidade que o destino me colocou à frente é minha e dela não vou fugir.

Sem abdicar da autoridade de chefe da nação, exerço um governo democrático e aberto. Não me tem faltado para isso espírito de tolerância, considerado muitas vezes até excessivo por muitas pessoas.

Assim também como não me tem faltado a necessária e a justa paciência que devem ter os homens de estado.

Sou um homem que sempre viveu a vida partidária, por isso entreguei aos partidos a coordenação política do governo, através da Aliança Democrática, porque eu sei que sem partidos não existe democracia. Com eles tenho governado em estreita comunhão.

Com a franqueza com que sempre me dirigi às brasileiras e brasileiros, devo admitir que nós vivemos uma fase de múltiplas, acentuadas e grandes dificuldades. Queríamos e lutamos por um governo de mudanças. E o Brasil mudou. Acontece que mudança e crise se confundem nos momentos históricos de transição, como o momento que nós vivemos.

Para resolver os problemas que nos envolvem, devemos ter solução adequada ao primeiro deles, que é um problema de natureza política e que está na raiz de todos os outros problemas: a duração do mandato presidencial.

Convoquei os partidos para conjuntamente examinarmos o assunto, fora dos interesses pessoais de candidaturas, de grupos, de facções e de ambições, vendo o problema unicamente em função do interesse nacional. Há cinco meses espero uma definição.

Compreendo as dificuldades dos nossos líderes.

Contudo, cheguei à conclusão de que a nação não pode ficar imobilizada na perplexidade desse debate. Porque, acima da Aliança Democrática, acima dos partidos, está o interesse do Brasil que eu jurei defender.

É da lei: todos os detentores de mandatos — senadores, deputados, governadores, prefeitos, vereadores — o são por tempo determinado, fixado antes de sua eleição.

Tancredo Neves e eu, ao sermos eleitos, nós não fugimos à regra. Nós fomos eleitos para um mandato de seis anos. Portanto, o meu mandato é de seis anos.

A indefinição que se procurou criar e que vem se arrastando não deve e não pode perdurar, sob pena de graves prejuízos para o país.

Ela solapa a hierarquia e o serviço público, dificultando a formulação da política interna e a defesa dos interesses do Brasil.

Brasileiras e brasileiros,

Venho falar claramente sobre este assunto. Desejo comunicar a todos, a todas as brasileiras e brasileiros, que eu abrirei mão de um ano do meu mandato e o exercerei pelo prazo de cinco anos. E meu gesto é motivado pelo desejo de amplo entendimento, para conciliar, para possibilitar decisões que possam assegurar que o Brasil saia da crise, dando, eu próprio, um exemplo de desambigação.

Deixarei, portanto, o governo em 1990.

Até lá, no entanto, exercerei plenamente o mandato que me foi confiado, que jurei defender na forma da Constituição e que consta de um diploma expedido pelo Congresso Nacional.



**“ Como acabo de dizer perante o ministério, embora considerado que a duração do atual mandato e a data a ser marcada para eleição do sucessor do atual presidente seja uma atribuição da Assembléia Nacional Constituinte, que iremos convocar, desde logo manifesto o meu ponto de vista de que o mandato deve ser de quatro anos. ”**

(Presidente José Sarney, no dia 7 de maio de 1985, ao encaminhar mensagem ao Congresso restabelecendo eleições diretas para presidente da República.)

Com a autoridade e a isenção de quem abdicará de um ano do seu mandato, defendo junto aos constituintes a fixação de um idêntico mandato de cinco anos para os próximos presidentes, conforme previa a Constituição de 1946.

O mandato de quatro anos considero que não convém à consolidação do processo democrático e, se o adotássemos, estaria aberta agora a campanha presidencial, com prejuízo para o país, para a transição democrática, para os trabalhos da própria Assembléia Nacional Constituinte.

Acresce ainda que 1988 será o ano de adaptações das constituições estaduais, de elaboração das leis eleitorais, das leis partidárias, das leis complementares e revisão de toda a legislação ordinária determinada pela nova Constituição, além das eleições municipais que teremos de realizar.

No ano seguinte, em 1989, comemoraremos o centenário de fundação da República e comemoraremos esse centenário com a eleição, que eu presidirei, do meu sucessor.

Aproveito, neste instante, para determinar aos auxiliares de meu governo, como delegados de minha confiança, que considerem encerrada essa discussão.

Dos partidos políticos eu espero solidariedade.

Aos governadores dos estados, aos deputados e senadores constituintes, peço apoio e compreensão.

Para que o processo democrático possa se consolidar, é essencial demonstrar que o Poder Civil tem condições de governar.

A governabilidade do Poder Civil depende, porém, de uma inalterável definição do prazo que estabelece a periodicidade do mandato.

Do contrário, o governo não terá horizonte para seus programas, nem para tomar decisões de maior profundidade. A indefinição paralisa, as crises se ampliam e fica uma impressão geral na sociedade de imobilidade.

A explosão descontrolada dos preços, que angustia nossa população, é, no fundo, fruto dessa indefinição política.

Não tenham dúvida de que, antes de serem um problema econômico, a inflação e a recessão são problemas políticos. Sem a recomposição do poder político, não há possibilidade de evitar o agravamento da inflação e, mais cedo ou mais tarde, o retorno indesejado da recessão.

Se nós não formos capazes de chegar a um acordo sobre as bases mínimas para um entendimento político, nós não teremos a menor possi-

bilidade de conduzir um esforço efetivo para deter a carestia e retomar o desenvolvimento econômico. Contra a inflação é necessária a união de todos. É necessária a união firme de todos nós.

Como está, a inflação não apenas reduzirá cada vez mais o poder de compra, mas poderá — com que tristeza eu não tenho de dizer — poderá até mesmo provocar a recessão.

Não estamos sob nenhuma ameaça ao processo democrático. Mas devemos nos antecipar a qualquer deterioração da situação nacional.

Eu renovo, mais uma vez na peregrinação constante em torno dessa idéia, a necessidade de entendimento de preços e salários entre empresários e trabalhadores — agentes inseparáveis no processo de produção — com a participação e coordenação do governo, que deverá fazer a sua parte, para que a corrida inflacionária possa ser completamente detida.

Todos os partidos, no Congresso Nacional, devem desempenhar uma importante tarefa e prestar um grande trabalho ao país, mobilizando-se para esta causa.

O que eu proponho, assim, não é um pacto político de apoio ao governo. Eu proponho uma agenda ampla, social e política, da transição democrática, uma co-responsabilidade com o Executivo, para a superação dos problemas de consolidação do nosso processo democrático.

Brasileiras e brasileiros, Eu, antes de terminar, quero transmitir a todos também a minha opinião de cidadão a respeito do regime de governo debatido na Constituinte.

Sou favorável a um sistema presidencialista que incorpore uma participação forte do Congresso nas tarefas de governo.

Depois de ter optado pelas eleições diretas — incluídas hoje na Constituição por mensagem de minha iniciativa — o povo brasileiro dificilmente aceitaria que lhe tirassem o poder de constituir o seu governo.

Por outro lado, nós ainda não temos as instituições políticas que alicerçam o sistema parlamentar: que são partidos políticos consolidados e administração selecionada pelo mérito, organizada em carreiras estáveis, capazes de assegurar a continuidade da ação democrática mesmo sem abordar os problemas de extensão desse regime aos estados, aos municípios, num país com nossas diversidades e também com grande território.

Nós estamos num momento de construção. O mundo atual, não apenas o do futuro, mas já o do presente, é o mundo da interdependência, onde, cada vez mais, a ciência e a tecnologia abrem horizontes para todos os povos.

Brasileiras e brasileiros, Não seremos uma autarquia num mundo desejoso da participação do Brasil, como uma das grandes potências econômicas do Ocidente.

É para este mundo, para a infância e juventude brasileiras, para os homens do futuro, que está sendo elaborada a nossa nova Constituição.

Há coisas que não pertencem a uma geração, mas a todas as gerações, a todos os tempos: uma Constituição moderna, defensora dos direitos sociais, dos interesses do Brasil, dos direitos humanos, uma Constituição para servir uma sociedade pluralista, aberta e mais justa.

O que chamam de crise, hoje, em nosso país, se procurarmos aprofundar a nossa análise, é na verdade mudança.

Mudança a que muitos resistem.

O presidente não é autor das dificuldades: ao contrário, ele está obstinadamente empenhado em superá-las.

Eu tenho certeza de que juntos nós venceremos todas as dificuldades.

Esté é o primeiro passo.

Temos de resolver, urgentemente, os problemas da dívida externa e da economia interna.

É impossível conviver com estas taxas de inflação, de juros e com a carestia.

Hoje é o começo. Outros passos virão.

A mensagem é uma só: a hora é de fé e resistência ao pessimismo.

Que Deus proteja o Brasil."